 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____  Rubrica _____
---	---	---

<p>           Edital de Pregão Eletrônico nº. 01/2023 - ALEAC            Data de abertura da sessão pública: <b>13/07/2023</b>.            Horário: 10:30hs (horário de Brasília)            Início do Período de retirada: <b>03/07/2023</b>            Endereço Eletrônico: <a href="https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet">https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet</a>            UASG nº <b>928250</b> – Assembleia Legislativa do Estado do Acre            Tipo de Licitação: menor preço por LOTE            Modo de Disputa: (x) Aberto ( ) Fechado ( ) Aberto/Fechado            Valor Caráter Sigiloso: (x) Sim ( ) Não            Valor Orçado: (X) Valor Estimado ( ) Valor Máximo Aceitável ( ) Valor de Referência            Intervalor Mínimo de lances: R\$ 1,00 (um real)            Edital disponível para retirada nos sites: TCE/AC:  <a href="http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes">http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes</a>, e da Assembleia Legislativa do Estado do Acre: <a href="http://www.al.ac.leg.br">http://www.al.ac.leg.br</a> no banner “Avisos de Licitações”.         </p>
---

A **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n. 04.039.657/0001-13, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, tendo como Pregoeira, Edilene Dulcila Soares, designada pela Resolução n. 69/2023, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/06, Lei nº.8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Estadual nº 5.965/2010 - Regulamenta a aplicação de sanções por ilícitos administrativos, Decreto Estadual n. 5.973/2010 - Regulamenta o pregão na forma Eletrônica, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as exigências estabelecidas neste edital e anexos.

Na ausência ou impedimento do Pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada em serviços de seguro veicular, a fim de dar cobertura total aos veículos que integram a frota oficial de veículos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC, conforme especificações detalhadas do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.


**1.2.** Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no **COMPRASNET – Catálogo de Materiais - CATMAT** e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

**1.3.** Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência;

**Anexo II:** Minuta de Contrato;

**Anexo III:** Modelo de Proposta de Preços;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**Anexo IV:** Declaração de Visita Técnica;

**Anexo V:** Declaração de Disponibilidade de Recursos.

## 2. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

**2.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com) ou excepcionalmente na sede da ALEAC, no endereço Rua Arlindo Porto Leal, 241 - Centro, CEP: 69.909-904 – Rio Branco/AC, no horário das 08:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira

**2.2.** As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro(a) através dos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.al.ac.leg.br> no banner “Avisos de Licitações” ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

## 3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

**3.1.** As empresas interessadas deverão proceder ao credenciamento junto ao provedor do sistema a sua habilitação junto ao SICAF, antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**3.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

**3.3.** O credenciamento da empresa dependerá de cadastro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras as propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar inabilitação do licitante.


**3.6.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO


**4.1.** A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

**4.2.** Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

**4.2.1.** Cujo ramo de atividade seja compatível com o do objeto desta licitação;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

- 4.2.2.** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 11 deste Edital;
- 4.2.3.** Estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 26 de abril de 2018;
- 4.2.4.** Não estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.
- 4.2.5.** Empresas que NÃO estejam suspensas, temporariamente, de participar de licitações ou impedidas de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do posicionamento do STJ (Resp nº 151.567/RJ).
- 4.2.6.** Empresas que NÃO tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação.
- 4.2.7.** Não estejam com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Estadual;
- 4.2.8.** Não estejam cumprindo sanção – penas de suspensão ou inidoneidade, cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 4.2.9.** Não tenham agente público integrante do quadro de servidores da ALEAC, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.2.10.** Não seja empresa ou instituição vinculada ao Poder Legislativo do Estado do Acre.
- 4.2.11.** Não Constarem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta> e ainda no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça [www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php).
- 4.3.** As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao SICAF, através do portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 4.4.** Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:
- 4.4.1.** Servidor vinculada a ALEAC, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- 4.4.2.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.4.3.** Sociedades Cooperativas.
- 4.4.4.** OSCIP atuando nessa condição (Acórdão 746/2014 – TCU Plenário).
- 4.5.** Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital, indicando marca e modelo (SE

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

HOUVER) e outra descrição complementar para a identificação clara do produto ofertado.

**4.6.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.6.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**4.6.2.** Se a licitante optar por assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

**4.6.3.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

**4.6.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.6.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.6.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**


**5.1.** A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço para cada item, a partir da data da liberação do Edital no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> até a data da abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. Durante este período a Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** O licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**5.4.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Documentação, Proposta e lances inseridos em sessão pública.

**5.5.** Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**5.6.** A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, e em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, prevalecerão às últimas.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.8. Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme Modelo constante do Anexo III:**

**a)** Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

**b) Prazo de validade não inferior a 90 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.**

**c)** Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**d)** Preço unitário e total de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**e)** Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

**f) Especificações do objeto de forma clara e objetiva, descrevendo detalhadamente as características do produto ofertado, indicando os elementos que atende as especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar proposta que não atenda às exigências editalícias.**


**5.9.** Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

**5.10.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada e analisada pelo Pregoeiro(a), seja com relação a prazo e especificações dos produtos ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

**5.11.** A Proposta enviada implicará em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**5.12.** O (A) Pregoeiro(a) verificará as Propostas enviadas, após da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam **em**



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**conformidade** com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou apresentem identificação do licitante.

**5.12.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.12.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.13.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.14.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o **encerramento do envio de lances**.

## 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**6.1.** Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, cidadão ou Licitante poderá impugnar o Ato Convocatório do Pregão, por meio eletrônico no e-mail [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), ou excepcionalmente na sede da ALEAC, no endereço Rua Arlindo Porto Leal, 241 - Centro, CEP: 69.909-904 – Rio Branco/AC, no horário das 08:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira;

**6.1.1.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela Assessoria Jurídica responsável pela aprovação do Edital e seus anexos, decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido de impugnação.

**6.1.2.** Acolhida à impugnação contra o Ato Convocatório, desde que altere a formulação da Proposta de Preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**6.1.3.** Pregoeiro se pronunciará exclusivamente pelo site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.al.ac.leg.br> no banner “Avisos de Licitações”, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

**6.1.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo, todavia, quando o pregoeiro conceder efeito suspensivo à ela deverá motivar nos autos do processo de licitação.


## 7. DA SESSÃO PÚBLICA

**7.1.** No dia e horário marcados, em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade com o item 6 – Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

**7.2.** Em seguida ocorrerá o início da etapa competitiva, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>, conforme Edital.

**7.3.** Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## 8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**8.1.** Somente as empresas licitantes que apresentaram Propostas em consonância com o item 7, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**8.1.1.** Assim como as Propostas, os lances serão conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo do edital.

**8.2. Será disponibilizado campo próprio no sistema para a troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes participantes (“chat”), quando convocadas pelo pregoeiro.**

**8.3.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema.

**8.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

**8.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.6.** Durante o transcurso da sessão pública, as empresas licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**8.7.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**8.7.1.** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.7.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa aos participantes, no mesmo endereço eletrônico utilizado para divulgação, ou seja, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://www.al.ac.leg.br> no banner “Avisos de Licitações”.


**8.8.** Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 25 do Decreto n.º 4.767, de 06 de dezembro de 2019.

**8.9.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada automaticamente no modo de **disputa aberto**, após transcorrido dez minutos do seu início, caso não tenha sido prorrogada automaticamente;

**8.9.1.** A prorrogação automática da etapa de lances iniciais, por um período adicional de dois minutos, acontecerá caso exista o registro de lance(s) durante os últimos dois minutos da etapa competitiva inicial e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

**8.9.2.** O não registro de lances conforme o item acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**8.10.** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, o definido no preâmbulo deste edital, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**8.11.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, dar reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**8.12.** Incumbirá a licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**8.13.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das Propostas.

## **9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES**

**9.1.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, após aplicação dos critérios de desempate estabelecidos na Lei Complementar Nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, a saber:

**9.1.1.** Se a proposta classificada em primeiro lugar for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP o Pregoeiro iniciará a fase de negociação direta do preço. Encerrada esta etapa, seguirá para fase de habilitação.

**9.1.2.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, o Pregoeiro aplicará o critério de empate da lei e considerará as propostas iguais àquela melhor classificada e aquelas superiores em até 5% (cinco por cento), e selecionará dentre estas a melhor proposta, que terá preferência de contratação conforme § 2º do art. 44 da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, mas condicionada a apresentar proposta com preço inferior àquela até então considerada a melhor proposta, na forma do inciso I do art. 45 da mencionada lei. Classificada a melhor proposta para o objeto a microempresa ou EPP, irá para fase de negociação do preço diretamente com o Pregoeiro. Concluída esta etapa seguirá para fase de habilitação.

**9.1.3.** Caso não ocorra lances, deverá ser verificado o valor estimado e a especificação técnica prevista no edital.


**9.1.4. Não será aceito e adjudicado item ou lote cujo preço unitário seja superior ao estimado para a contratação;**

**9.2.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**9.2.1.** A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

**9.2.2.** Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em ata.



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**9.3.** Cumpridas as etapas anteriores e aceita a proposta, o Pregoeiro verificará, no sistema, a habilitação da Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

**9.4.** Caso a Licitante não atenda aos requisitos da Habilitação, será observado o seguinte procedimento:

**9.4.1.** Se a proposta classificada pertence a uma microempresa ou EPP, e desde que só exista irregularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização, e a declarada vencedora do objeto. Iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, desde que requerido tempestivamente pelo licitante. Caso o licitante não regularize sua situação fiscal, o Pregoeiro consultará a documentação do Licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado declarado vencedor. Nas demais causas de inabilitação será chamado o licitante seguinte na ordem de classificação.

**9.4.2.** Se a proposta classificada não pertencer à microempresa ou EPP, o Pregoeiro convocará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado, declarado vencedor.

**9.5.** Se a Proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a Proposta e documentações subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta e documentação habilitatória que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ele adjudicado o objeto do certame.


**9.5.1.** Será aceito apenas o registro de uma única Proposta vencedora para cada lote, existindo a possibilidade de convocar Licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência do vencedor.

**9.6.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

**9.7.** Na fase de aceitação o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio da proposta atualizada e, se necessário, os documentos complementares, por Item inclusive, relativamente ao último lance ofertado após negociação, podendo também solicitar apenas do licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar.

**9.7.1.** Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

**9.7.2.** Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**9.8.** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) como vencedora(s) do(s) respectivo(s) Item(s) ou lote(s).

**9.9.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**10.1.** O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**10.2.** O empate entre duas ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas e quando não houver lances para definir o desempate. No caso de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**10.3.** Será admitido apenas 01(um) Licitante vencedor para cada LOTE.

**10.4.** Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da Proposta e dos documentos de habilitação, que não venham causar prejuízo para a ALEAC, e nem firam os direitos das demais licitantes.

**10.5.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço estimado pelo órgão contratante ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**10.5.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.5.2.** Podendo o Pregoeiro realizar diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.


**10.6.** O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>

## **11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**11.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**11.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU  
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**11.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.


**11.3.** As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

#### **11.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

#### **11.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN) e Regularidade perante a Seguridade Social (INSS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e/ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/2011.
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

f) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

### 11.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Balanço patrimonial e a demonstração de resultado contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, devidamente assinados pelo proprietário e profissional de contabilidade e/ou Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

b.2) Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

b.2.1) publicados em Diário Oficial; ou

b.2.2) publicados em jornal de grande circulação; ou

b.2.3) por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; sendo também admitida a autenticação pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED mediante apresentação do comprovante de autenticação digita;


b.2.4) por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**b.3.** Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante;

**b.4)** Para Sociedades Limitadas, cópias autenticadas devendo ser assinadas por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade.

**b.5)** Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária.

**b.6)** As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido com data de até 90 (noventa) dias anterior à data de abertura da licitação.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**c)** O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta, na forma da lei, acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei nº. 8.666/93. Se o certame for dividido em lotes a exigibilidade será igual ao somatório das propostas que a licitante ofertar, que serão deduzidas de seu Patrimônio Líquido à medida de sua participação e até o limite deste, como requisito necessário para garantir que a contratada cumprirá as obrigações originadas da adjudicação.

**d)** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015).

#### **11.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a) Apresentar Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido **satisfatoriamente** os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado;

**b)** As empresas licitantes deverão apresentar a Declaração de Disponibilidade de recursos necessários para a execução do objeto – a empresa deverá informar que dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para a execução do objeto deste certame, conforme preceitua o Art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, conforme modelo Anexo V do Edital;


**c)** Apresentar **Declaração de Vistoria** emitida pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços ou apresentar Declaração Formal assinada por responsável indicado pela empresa, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao local e condições, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, sob as penalidades da lei, devendo esta declaração constar do envelope de Habilitação, sob pena de inabilitação, conforme Anexo IV do Edital;

**d)** Apresentar Autorização de Funcionamento da Seguradora Junto à Superintendência de Seguro Privado – SUSEP, com fulcro no disposto no Art. 36 do Decreto-Lei nº 73/1966.

**e)** Apresentar Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;

**11.4.** Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema quando será disponibilizado prazo de inclusão da proposta de preços, e documentação de habilitação em original, ou cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em Órgão da imprensa oficial, conforme prazos acima citados.



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**11.5.** Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

**11.6.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**11.7.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**11.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.9.** A Licitante que for declarada vencedora de algum **LOTE** do presente Edital, terá o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação feita pelo(a) Pregoeiro(a) via sistema, para enviar a proposta final ajustada ao último valor ofertado e documentos complementares (quando for o acaso), devendo serem anexados, preferencialmente, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, ou excepcionalmente, remetidos para o endereço eletrônico [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), PODENDO O PRAZO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO PELO PREGOEIRO E REGISTRADO NO SISTEMA.

**11.9.1.** Visando o princípio da transparência, os documentos remetido para o e-mail [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com) serão disponibilizados, pelo pregoeiro (a) no endereço eletrônico (<http://www.al.ac.leg.br>) no banner “Avisos de Licitações”, para consultas pelos interessados, além dos demais já inseridos no endereços eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>,

**11.10.** A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedora.

**11.11.** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.


## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Para fins de aceitação das propostas classificadas, após a emissão de parecer técnico da equipe técnica do setor demandante ou após realização de diligências pelo Pregoeiro(a), visando subsidiar sua decisão ou sanear possíveis erros ou falhas que não alterem as substâncias das propostas;

**12.1.2.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.3.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Os licitantes serão comunicados sobre a reabertura da sessão, para acompanhar a continuidade da mesma.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail e mensagem no sítio eletrônico utilizado para divulgação <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.al.ac.leg.br>, no banner “Avisos de Licitações”, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 13. DOS RECURSOS

**13.1.** Qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, imediatamente após a divulgação da vencedora, em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de trinta minutos**, manifestar sua intenção de recorrer.

**13.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.3.** Será concedido a Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões de recurso, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.


**13.4.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

**13.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente do Órgão Promotor adjudicará o objeto à licitante classificada.

**13.7.** Adjudicado o objeto ao licitante classificado, a Autoridade Superior do Órgão Contratante homologará o resultado da licitação para fins de contratação.

**13.8.** Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, prosseguindo-se normalmente, com as demais fases previstas no Edital.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b> <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b> <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023 Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**13.9.** Os autos do processo originais permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria Adjunta de Licitações do Acre - SELIC, sito a Estrada do Aviário nº 927, Bairro Aviário, CEP Nº 69900-830 – Rio Branco – Acre, telefone (68) 3215-4600, horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 de segunda a quinta-feira e no horário das 07:00 às 13:00 horas, nas sextas-feiras.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso, após o recebimento dos documentos conforme previsto no item 11.9.

**14.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente da ALEAC e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora.

**14.3.** Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à autoridade superior, para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

#### **15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** Será conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.

#### **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** Será conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.

#### **17. DO TERMO DE CONTRATO**

**17.1.** Homologada a licitação pela autoridade competente, será assinado contrato com a empresa adjudicatária, conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.


**17.2.** A Licitante vencedora deverá apresentar alvará de funcionamento (no ato da contratação).

**17.3.** A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

**17.4.** Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei N.º 10.520/02, ficando a Comissão Permanente de Licitação, responsável pela convocação das empresas Licitantes remanescentes classificadas e com valores ofertados dentro do estimado, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 7º da mesma lei.

**17.5.** Como condição para celebração do Contrato, a Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

**17.6.** A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor **da ALEAC**, designado que anotarará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

**17.7.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

**17.8.** As sanções a serem aplicadas devem obedecer ao decreto Estadual nº 5.965/2010, que, dentre outras matérias, dispõe sobre o procedimento administrativo e a aplicação de sanções por ilícitos administrativos cometidos por fornecedores nas licitações, no âmbito do Estado do Acre.

## **18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** Não se aplica.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e nas forma indicadas pelo Decreto Estadual nº. 5.965 de 30 dezembro de 2010.

**19.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**19.3.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

**19.4.** O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão contratante, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.


**19.5.** As penalidades serão registradas, e no caso de suspensão de licitar o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**19.6.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**19.7.** As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade competente durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão contratante. durante a execução do contrato.

**19.8.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

**19.9.** Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

**19.10.** Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão; e
- IV - declaração de inidoneidade.

§ 1º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

§ 2º Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:


- I - dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e
- II - cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

**19.11.** A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

**19.12.** A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e
- IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:
  - a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
  - b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
  - c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
  - d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e

f) tumultuar a sessão pública da licitação.

V - 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto, já prevista nos incisos I, II e III.

## **20. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS**

**20.1.** Será conforme os termos do anexo I deste Edital.

## **21. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**21.1.** É vedada a subcontratação total ou parcial para execução do objeto.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da ALEAC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 32 § 1º e 2º, do Decreto nº. 4.767/2019 e art. 50, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019.

**22.2.** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.


**22.3.** Ao Pregoeiro ou a autoridade competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**22.4.** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.5.** Após apresentação da Proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**22.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela ALEAC.

**22.7.** O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e será

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>EDITAL</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

**22.10.** Para fins de aplicação da sanção administrativa constante no presente Edital, o lance é considerado proposta.

**22.11.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.12.** Os contratos deverão ser assinados e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**22.13.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.


**22.14.** O Edital e seus Anexos, podem ser lidos e retirados através da Internet nos sites: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.al.ac.leg.br>) no banner “Avisos de Licitações”, como também informações sobre o andamento do mesmo.

**22.15.** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3213-4000 ou e-mail [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com).

**22.16.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Rio Branco- AC, 21 de junho de 2023.

Edilene Dulcila Soares  
Pregoeira da CPL/ALEAC

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO:

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de seguro veicular, a fim de dar cobertura total aos veículos que integram a frota oficial de veículos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC.

### 2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAR:

Justifica-se a contratação em razão da segurança ao atendimento e locomoção dos parlamentares, Servidores desta Casa Legislativa nos deslocamentos a serviço dentro e fora do Estado do Acre.

A contratação de seguro objetiva proteger o patrimônio público de risco e eventuais sinistros que podem causar enorme dispêndio ao erário e garantir que a ALEAC seja indenizada na eventual ocorrência de tais sinistros.

Justifica-se o quantitativo em razão do número de veículos sem cobertura de seguro. Atualmente na sede da ALEAC consta uma frota de 15 (quinze) veículos, dos mais variados tipos, conforme relação abaixo.

Em razão das aquisições de veículos novos, realizada recentemente, por meio do processos administrativos, se faz necessário a contratação dos serviços de seguro.

### 3. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS:


Trata-se de prestação de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma Eletrônica.

### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

**4.1.** Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, dos Decretos Federais, 10.024, 7.892/2013 e 8.250/2014 e Decretos Estaduais nos 4.767/2019, 5.966/2010, 5.967/2010, 7.477/2014 e 9.457/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

**4.2.** Circular SUSEP nº 256 de 16/06/2004 – Dispõe sobre a estruturação mínima das Condições Contratuais e das Notas Técnicas Atuariais dos Contratos de Seguros de Danos e dá outras providências.

**4.3.** Circular SUSEP nº 269 de 30/09/2004 – Estabelece, altera e consolida as regras e critérios complementares de funcionamento e de operação dos contratos de seguros de automóveis, com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**4.4.** Circular SUSEP nº 389 de 23/09/2009 – Altera o inciso I do art. 5º do anexo à Circular SUSEP Nº 269, de 30 de setembro de 2004.

#### 12.1. **5. PARTICIPAÇÃO DAS CORRETORAS DE SEGURO**

**5.1.** Com base na consolidação de entendimento da Plenária do TCU - ACÓRDÃO Nº 600/2015 – TCU – Plenário não será permitida a participação de empresa corretora de seguros neste processo de licitação. Conforme colacionado:

*ACÓRDÃO Nº 600/2015 – TCU – Plenário – VEDAÇÃO à participação de empresas de corretagem na execução dos serviços. (...) 9.2.5. a atuação de empresa corretora de seguros na intermediação da execução de contrato de seguros, ainda que sem vínculo formal direto com a Administração Pública, constitui afronta aos arts. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67, aos princípios da licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como contraria jurisprudência deste Tribunal sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995TCU-Plenário).*

#### **6. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:**

##### **6.1. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**


##### **6.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

#### **7. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

**7.1.** Segue abaixo as descrições do objeto e suas especificações de cobertura de responsabilidade civil:


#### **LOTE ÚNICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	ANO/MOD	CHASSI	PLACA	UNID	FRANQUIA	VALOR ESTIMADO DO PRÊMIO
1	Veículo MITSUBISHI L200 TRITON OUTDOOR GLS 2.4, 4X4, pick-up, cor branca, combustível Diesel.	2022/2023	93XSYKL1TPCN64219	QWQ8H70	1		
2	Veículo MITSUBISHI L200 TRITON OUTDOOR GLS 2.4, 4X4, pick-up, cor branca, combustível Diesel.	2022/2023	93XSYKL1TPCN64150	QWQ8E50	1		

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b> <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b> <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023 Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

3	Veículo MITSUBISHI L200 TRITON OUTDOOR GLS 2.4, 4X4, pick-up, cor branca, combustível Diesel.	2022/2023	93XSYKL1TPCN66023	QWQ8E80	1		
4	Veículo TOYOTA SW4 DSL 4X4 SRX AT S7 2.8, 4X4, SUV, cor preta, combustível Diesel.	2022/2023	8AJBA3FS9P0329613	SHA5E00	1		
5	Veículo TOYOTA COROLLA ALTIS HYBRID 1.8, AT, cor branco lunar, combustível: híbrido (gasolina/ álcool/ elétrico)	2022/2023	9BRBY3BE9P4042299	QWQ4D30	1		
6	Veículo TOYOTA HILUX SW4, misto utilitário, cor preta, combustível Diesel.	2020/2020	8AJBA3FS5L0284518	QLZ0I78	1		
7	Veículo MITSUBISHI L200 TRITON GL D 4X4, MT, pick-up, cor branca, combustível Diesel.	2020/2021	93XLJKL1TMCK36147	QWO9H13	1		
8	Veículo MITSUBISHI L200 TRITON GL D 4X4, MT, pick-up, cor branca, combustível Diesel.	2020/2021	93XLJKL1TMCK36232	QWO9H43	1		
9	Veículo TOYOTA HILUX SW4 SRV, cor preta, combustível Diesel.	2014/2015	8AJYY59G6F6524153	NXT-2707	1		
10	Veículo VOLKSWAGEN VOYAGEM, 1.6, MT, cor preta,	2014/2015	9BWDB45U7FT039373	NXT-1918	1		




 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

	combustível: flex.						
11	Veículo MITSUBISHI MMC L200 TRITON 3.2 D, AT, cor prata, combustível Diesel.	2009/2009	93XJRK8T9C910279	MZS-5453	1		
12	Veículo VOLKSWAGEN SAVEIRO CS RB MPI, MT, cor branca, combustível flex.	2022/2023	9BWKL45U2PP029638	QWQ1G92	1		
13	Veículo CHEVROLET ONIX PLUS LT MT TURBO, 1.0, cor branco, combustível flex.	2022/2023	9BGEN69H0PG266346	SHA0C82	1		
14	Veículo CHEVROLET ONIX PLUS LTZ AT TURBO, 1.0, cor branco, combustível flex.	2022/2023	9BGEN69H0PG271104	SHA0F92	1		
15	Veículo CHEVROLET ONIX PLUS LTZ AT TURBO, 1.0, cor preto ouro negro, combustível flex.	2022/2023	9BGEN69H0PG298481	SHA9I32	1		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>							

## 8. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

**8.1.** O seguro deverá cobrir, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- a)** Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b)** Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- c)** Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento;
- d)** Raio e suas consequências;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

- e) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- f) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- g) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- h) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- i) Granizo;
- j) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais), valor de importância segurada conforme tabela;
- l) Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez), valor de importância segurada conforme tabela;
- m) Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- n) Cobertura adicional de assistência 24 horas ilimitada, com os seguintes serviços mínimos:
  - n.1) chaveiro;
  - n.2) assistência dia e noite (24 horas) com socorro mecânico cobertura de guincho ilimitada;
  - n.3) guincho dentro e fora do Estado do Acre;
  - n.4) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
  - n.5) transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo;
  - n.6) cobertura para danos: vidros, lanternas, faróis e retrovisores;
- o) Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- p) Danos causados aos pneus, em caso de acidentes.

**8.2. O seguro ainda deve oferecer:**

- a) Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V (Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais).
- b) Cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP (Morte, Invalidez permanente e Despesas Médicas).
- d) Assistência 24 (vinte e quatro) horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica, dentro e fora do Estado do Acre.
- e) Cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor.

**9.DAS CONDIÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇOS**


**9.1. DO AVISO DE SINISTRO**

**9.1.1.** A empresa contratada deverá colocar à disposição da administração contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**9.1.2.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**9.1.3.** Após registro de sinistro, a empresa contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**9.1.4.** Havendo a necessidade de reboque, a empresa contratada deverá atender em um prazo máximo de 02 (duas) horas após o aviso de sinistro.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

## **9.2. DA REGULAÇÃO DE SINISTRO**

**9.2.1.** Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**9.2.2.** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a ALEAC poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

**9.2.3.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da ALEAC.

**9.2.4.** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

**9.2.5.** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da ALEAC. Não cabendo, pela empresa contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**9.2.6.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

**9.2.7.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

**9.2.8.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

**9.2.9.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

## **9.3. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO**


**9.3.1.** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a empresa contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

**9.3.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**9.3.3.** A devolução deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da ALEAC, devendo a empresa contratada enviar recibo, devidamente quitado, à Subsecretaria de Patrimônio e Serviço da ALEAC/AC.

**9.3.4.** Caberá à Subsecretaria de Patrimônio e Serviço da ALEAC/AC, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

## **9.4. DA EXCLUSÃO**

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**9.4.1.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula.

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT= Valor total a ser devolvido à Administração Contratante.

**9.4.2.** O valor do número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**9.4.3.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

**9.4.4.** A devolução, encontrada no resultado do valor devido a Administração, deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da ALEAC, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC.

## **10. DO PERFIL DOS MOTORISTAS:**

**10.1.** Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

## **11. DO ENDOSSO:**

**11.1.** Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela ALEAC e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da ALEAC.


**11.2.** Mediante emissão de endosso, deverá ocorrer inclusão de novos veículos, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, bem como inclusão de numeração de chassi, placas e RENAVAM dos veículos emitidos, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice;

**11.3.** A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido expresso pelo Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC.

## **12. DA FRANQUIA:**

**12.1.** A franquia considerada é a obrigatória, observado, no entanto, o seguinte:

**12.2.** Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**12.3.** Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela ALEAC, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso está não esteja com sua documentação regular para contratação com a ALEAC, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;

**12.4.** Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela ALEAC, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**12.5.** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

**12.6.** Necessidade de representante/corretor credenciado;

**12.7.** A licitante vencedora deverá declarar o nome de representante/corretor credenciado, seu endereço na cidade sede da ALEAC, telefone e número do CNPJ/CPF;

**12.8.** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral do veículo.

### **13. DOS LIMITES DE INDENIZAÇÃO POR COBERTURA:**

**13.1.** As importâncias mínimas seguradas (expressas em reais) para o casco de cada veículo, deverão obedecer ao preço de mercado de cada veículo segurado em 100% (cem por cento) sobre a valor da tabela FIPE, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), bem como as condições abaixo:

a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por veículo.

II. Valor para indenização de danos corporais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por veículo.

III. Valor para indenização de danos morais/estéticos: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por veículo.

b) Acidente por Passageiro (APP):

I. Valor para indenização de morte por pessoa: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).


II. Valor para indenização de invalidez por pessoa: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

c) Despesas médico-hospitalares (DMHO):

I. Valor para indenização de despesa médico-hospitalar por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**13.2.** Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

qualquer outra tabela.

### 13.3. SALVADOS:

**13.3.1.** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

**13.3.2.** É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

## 14. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**14.1.** A licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, com os seguintes campos:

**14.2.** Valor unitário e total de cada item, em moeda corrente, com duas casas decimais após a virgula;

**14.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA e do MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO I deste Termo de referência;

**14.4.** Prazo de validade não inferior a 90 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

**14.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

## 15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA


**15.1.** Apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, **em diligência**, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

**15.2.** As empresas licitantes deverão apresentar a Declaração de Disponibilidade de recursos necessários para a execução do objeto – a empresa deverá informar que dispõe de toda a

estrutura e recursos necessários para a execução do objeto deste certame, conforme preceitua o Art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, conforme modelo Anexo V do Edital.

**15.3.** Apresentar **Declaração de Vistoria** emitida pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços ou apresentar Declaração Formal assinada por responsável indicado pela empresa, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao local e condições, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, sob as penalidades da lei, devendo esta declaração constar do envelope de Habilitação, sob pena de inabilitação.

**15.4.** Apresentar Autorização de Funcionamento da Seguradora Junto à Superintendência de Seguro Privado – SUSEP, com fulcro no disposto no Art. 36 do Decreto – Lei nº 73/1966.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**15.5.** Apresentar Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;

## **16. DA VISTORIA**

**16.1.** A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados deverá comparecer à sede da Assembleia Legislativa, situada à Rua Arlindo Porto Leal, 241 - Centro, Rio Branco - AC, CEP: 69.908-040;

**16.2.** Será emitido **Declaração de Vistoria** pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços. A visita deverá ser agendada no horário de 8h às 13h, através do telefone (68)3213-4115, com a Sr.<sup>a</sup> Mara Messias Diniz - Subsecretária de Patrimônio e Serviço;

**16.3.** O prazo para vistoria terá início a partir do segundo dia após a publicação do edital até o segundo dia anterior à data de abertura do processo licitatório, devendo ser realizada por responsável indicado pela empresa licitante;

**16.4.** Considerando a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto da licitação.

## **17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**17.1.** Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao (s) objeto (s) deste Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação;

**17.2.** Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;

**17.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

**17.4.** Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

**17.5.** Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas na execução do contrato;


**17.6.** Fornecer todas as informações ou esclarecimentos, os documentos e as condições a contratação do seguro dos objetos deste Termo de Referência;

**17.7.** A contratante deverá permitir e facilitar a vistoria do veículo a ser segurado;

**17.8.** Efetuar o pronto pagamento seguro, após o adimplemento das obrigações mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do ajuste, nos prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**17.9.** Cumprir todas as normas e condições do presente Termo;

**17.10.** Comunicar, por escrito, a ocorrência do sinistro à contratada, imediatamente após a sua ocorrência;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**17.11.** Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

**17.12.** Fornecer à Contratada todos os dados, elementos e documentos necessários à comprovação da ocorrência do sinistro, bem como permitir e facilitar à seguradora a adoção de medidas cabíveis, mediante prévia consulta e avaliação do veículo, que permitam elucidar a causa do sinistro apurando o valor total do prejuízo, como também a ocorrência do sinistro, também apurando o valor total do prejuízo, as autoridades competentes quando for o caso, e a seguradora;

**17.13.** Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem da responsabilidade do contratante fornecer, nos termos do instrumento contratual;

**17.14.** Notificar a CONTRATADA qualquer alteração na frota de veículos;

**17.15.** Agendar reuniões e/ou vistorias com a CONTRATADA sempre que julgar necessário;

**17.16.-** Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

**17.17.** Aplicar ao contratado as sanções administrativas e contratuais cabíveis.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**18.1.** Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

**18.2.** Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Contratada, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que as peças de reposição deverão ser originais do fabricante;


**18.3.** Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;

**18.4.** Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

**18.5.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

**18.6.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

**18.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a ALEAC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela ALEAC;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**18.8.** Em caso de endosso de algum item da apólice inicial ou inclusão de veículos na frota, a empresa deverá atender as necessidades do Contratante nos mesmos moldes dos valores contratados;

**18.9.** Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;

**18.10.** Prestar, durante o período de cobertura, assistência de acordo com as normas vigentes, estabelecidas pela SUSEP, sem qualquer ônus adicional para a ALEAC;

**18.11.** Entregar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após assinatura do contrato, a Apólice de Seguro contendo todos os dados estabelecidos no presente Termo de Referência, além de outros que se fizerem necessários em face das disposições legais pertinentes;

**18.12.** No caso de sinistro, a Contratada deverá prestar assistência no prazo, máximo, de 02 (duas) horas, contadas do comunicado feito pelo condutor do veículo ou pelo gestor do contrato designado pela ALEAC;

**18.13.** Dentre os serviços de assistência, inclui-se o reboque ou transporte do veículo, quando por pane, acidente ou roubo, o veículo não puder circular, devendo ser encaminhado à oficina mais próxima, se o conserto não puder ser efetuado, de forma ágil, no próprio local do evento;

**18.14.** Em caso de sinistro com perda total, roubo ou furto, a Contratada deverá entregar a ALEAC, como indenização, um veículo com as mesmas características do veículo sinistrado, roubado ou furtado, ou indenizá-la pecuniariamente sobre o valor de mercado, conforme tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, referente ao mês de ocorrência do sinistro;

**18.15.** A Contratada se obrigará a fornecer, em caso de acidente, incêndio, roubo/furto, dentre outros sinistros, meio de transporte apropriado e equivalente para que o condutor e os ocupantes do veículo retornem ao município Sede da ALEAC;

**18.16.** Disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para os veículos segurados, com cobertura de remoção de veículos e passageiros por meio de transporte compatível, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção com kilometragem livre, independente da distancia da sede da ALEAC;

**18.17.** Os prejuízos resultantes de sinistros serão indenizados pela importância segurada fixada na apólice;


**18.18.** Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com a ALEAC;

**18.19.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**18.20.** Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;

**18.21.** Nomear preposto com poderes para dirimir às questões contratuais;

**18.22.** Atender às determinações regulares do Gestor do Contrato e Fiscal, assim como as de seus superiores, da ALEAC;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**18.23.** A Contratada deverá manter contato permanente com a Subsecretaria de Patrimônio e Serviços visando evitar a suspensão dos serviços, sendo que essa – caso venha a ocorrer, deverá observar o que dispõe o inciso XV, Art. 78 da Lei 8.666/93.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**19.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **20. DA ENTREGA E FORMAS DE RECEBIMENTO:**

**20.1.** As apólices deverão ser entregue a ALEAC, pela empresa em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de empenho, no horário de expediente de 08h:00min as 14h:00min, podendo ainda ser encaminhada por e-mail;

**20.2.** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93, mediante recibo, o objeto será recebido da seguinte forma:

**a)** Provisoriamente: em 2 (dois) dias úteis, após o fiscal realizar a verificação da conformidade do objeto com suas especificações e quantidades, conforme relatório de realização de serviços;

**b)** Definitivamente: em 5 (cinco) dias úteis, mediante recibo formalizado pelo Fiscal do Contrato em conjunto com a Subsecretaria de Patrimônio e Serviços, após a verificação do objeto desta contratação e relatório entregue pela contratada e consequente aceitação;

**20.3.** No caso de constatação de não-conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s);

**20.4.** O documento atestando o recebimento definitivo ficará disponível ao representante da empresa, na sede da Contratante, podendo a cópia do referido documento ser encaminhado pela Contratante para o e-mail da empresa, quando solicitado;

**20.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;


**20.6.** Na hipótese de a verificação a que se refere o item 18.2., alínea “b” não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, conforme art. 73, §4 da Lei nº 8.666/93;

**20.7.** O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato;

**20.8.** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**20.9.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto;



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**20.10.** A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

## **21. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**21.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**21.2.** O contrato será acompanhado e fiscalizado, durante sua vigência, pelo Fiscal do Contrato, servidor designado e pelo Gestor do contrato;

**21.3.** A execução dos serviços serão conforme o art. 73 a 76 da Lei nº 8.666/93;

**21.4.** As decisões e providências, que ultrapassem a competência do fiscal, deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

**21.5.** Em caso de falhas ou inexecução total ou parcial do contrato a contratada estará sujeita, garantida prévia defesa, as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

**21.6.** O Fiscal do Contrato, em caso de qualquer infringência contratual não justificada pela Contratada, procederá à apuração da penalidade em que recai a contratada, oficiando à mesma para dar-lhe a faculdade de defesa, e após lavrará relatório e considerações, encaminhando à autoridade competente para decisão quanto à aplicação ou não da penalidade.

## **22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**22.1.** As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta do orçamento conforme abaixo:


- Programa de Trabalho: .....
- Natureza da Despesa: .....
- Fonte de Recurso:.....

## **23. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**23.1.** O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a emissão e apresentação dos documentos de cobrança, em favor da contratada, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada em até o 30 (trinta) dias subsequente ao recebimento da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável e acompanhada da documentação de habilitação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/93;

**23.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal no momento em que a administração contratante atestar a execução do objeto contratado;

**23.3.** A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal/fatura, o número e o nome do banco, agência, e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via Ordem Bancária;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**23.4.** Antes do pagamento a contratante verificará, por meio de consulta eletrônica nos sites oficiais, a regularidade da empresa junto à Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal;

**23.5.** Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura/boleto, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contados o prazo para o pagamento, a sua apresentação;

**23.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância de impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Contratante;

**23.7.** Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento do serviço prestado, encontrar-se com pendência, no que diz respeito à documentação obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência;

**23.8.** A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa;

**23.9.** Com o advento do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434>, no qual deverá ser preenchido com os dados da empresa, após pagar uma taxa de expediente via DAE no valor R\$ 37,26. (trinta e sete reais e vinte e seis centavos).

## **24. DA CONVOCAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**


**24.1.** A administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato dentro do prazo de 05 (Cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

**24.2.** O prazo de vigência do seguro decorrente da contratação será de 12 (doze) meses, conforme termo inicial do período de cobertura da Apólice de Seguros;

**24.3.** Por se tratar de serviço de natureza contínua, os prazos de execução e vigência do contrato poderão ser prorrogados, se necessário for, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (Sessenta) meses, nas hipóteses previstas no art. 57, II, da Lei 8.666/93, e também quando houver necessidade e interesse da ALEAC, desde que preenchidos os requisitos legais.

## **25. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

**25.1.** A licitante contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---


o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

## **26. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**26.1.** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à Contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à Contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada à defesa prévia.

**26.2.** Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da Contratada;
- b) Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo da Contratante, prejudique a execução deste pacto;
- c) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante;
- d) Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas, na forma do art. 67, da Lei n. 8.666, de 1993;
- e) No interesse da Contratante, mediante comunicação com antecedência de 05 dias, com o pagamento do serviço prestado até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- g) Por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos previstos no art. 79, incisos I e III, da Lei n. 8.666, de 1993.
- h) Lentidão do seu cumprimento, levando a Contratada a comprovar a impossibilidade de conclusão do serviço no prazo estabelecido;
- i) Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- j) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;
- k) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Contratante, decorrentes dos serviços ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- l) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo de sua execução;
- m) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência parcial ou total, nem a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência expressa da Contratante.
- n) A inexecução total ou parcial deste Contrato por parte da Contratada assegurará a Contratante o direito de rescisão nos termos do art. 77, da Lei n. 8.666, de 1992, bem como nos casos citados nos arts. 78 a 80, do mesmo diploma legal, garantido o

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

**26.3.** A rescisão do contrato nos termos do art. 79, da Lei n. 8.666, de 1993, poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666, de 1993;
- b) Amigável, desde que conveniente e oportuno para a Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**27.1.** O Licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de Licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.

**27.2.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital, sujeita à contratada as sanções previstas no art. 86, da Lei n. 8.666, de 1993 e no Decreto Estadual nº. 5.965 de 30 de dezembro de 2010, sem prejuízo da reparação de danos causado à Assembleia Legislativa, observado o devido processo administrativo.

**27.3.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**27.4.** As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade Superior da ALEAC, durante a execução do contrato.

**27.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

**27.6.** Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.


**27.7.** Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002, e nos artigos 77 a 80, 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, bem como o disposto no Decreto Estadual nº. 5.965/10, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

**27.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**27.9.** Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 ou no Decreto Estadual 5.965/2010, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Suspensão; e
- IV – Declaração de inidoneidade.

**27.10.** A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

II- 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

## **28 . REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**28.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**28.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, poderá ocorrer a renegociação do valor da apólice, a cada renovação contratual, levando-se em conta o índice de sinistralidade e preços de mercado. Mediante justificativa devidamente fundamentada, poderá ser aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE para reajuste contratual dos custos decorrentes do mercado, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste, conforme o disposto *na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Federal nº 10.192/2001*. Neste caso, o reajuste deverá ser solicitado pela empresa contratada antes do término da atual vigência do Contrato, sob pena de preclusão.

**28.3.** O reajuste será realizado por termo aditivo.

## **29. DA PUBLICAÇÃO**

**29.1.** O presente instrumento será publicado em forma de extrato, no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, em conformidade como disposto no Parágrafo Único do art. 61da Lei n. 8.666/93.

## **30. DO FORO**

**30.1.** O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Rio Branco - Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.


## **31. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**31.1.** O presente termo de referência foi elaborado pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços, em consonância com as disposições e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração.

## **32. ENCAMINHAMENTO**

**32.1.** Diante do exposto, submete-se o presente Termo de Referência para aprovação da Presidência da Assembleia Legislativa, consoante com o que



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO I – TERMO DE</b> <b>REFERENCIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---


determina imperativamente, inciso I do § 2º do artigo 7º da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Decreto Estadual nº 4.767/2019.

À superior consideração, com vistas à aprovação.

Rio Branco, 02 de maio de 2023.

**Elaborado por:**

Mara Messias Diniz  
Subsecretária de Patrimônio e Serviços

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

## ANEXO II MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO N. ....**  
**PREGÃO ELETRONICO N 01/2023**  
**PROCESSO N. 255/2023**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA ....., PARA .....**


**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n. 04.039.657/0001-13, sediada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, 241, Centro, neste Ato representada, nos termos do artigo 12, Inciso II, letra “f” do Regimento Interno - Resolução n. 86, de 1990, por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado .....**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; **Deputado .....**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; e **Deputada .....**, **Segundo Secretário**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrita no CPF/MF sob o n. ...., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e por outro lado a Empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., Inscrição Estadual n....., estabelecida no(a) ....., em Rio Branco - Estado do Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., brasileiro(a), ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. ...., residente e domiciliado(a) no, n. ...., Bairro....., celebram o presente Contrato, com o amparo da Na Lei 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.965/2010, 5.966/2010 e 4.767/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, 10.024/2019, Lei nº 123/2006 e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº 01/2023**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada em serviços de seguro veicular, a fim de dar cobertura total aos veículos que integram a frota oficial de veículos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC, conforme as especificações e condições constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 01/2023, e da proposta vencedora.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E FORMAS DE RECEBIMENTO**

**2.1** As apólices deverão ser entregue a ALEAC, pela empresa em até 05 (cinco) dias úteis, a partir da entrega da Ordem de Serviço, emitida pela Subsecretaria de

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO</b> <b>CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

Patrimônio e Serviços, no horário de expediente de 08h:00min as 14h:00min, podendo ainda ser encaminhada por e-mail;

**2.2.** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93, mediante recibo, o objeto será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente: em 2 (dois) dias úteis, após o fiscal realizar a verificação da conformidade do objeto com suas especificações e quantidades, conforme relatório de realização de serviços;

b) Definitivamente: em 5 (cinco) dias úteis, mediante recibo formalizado pelo Fiscal do Contrato em conjunto com a Subsecretaria de Patrimônio e Serviços, após a verificação do objeto desta contratação e relatório entregue pela contratada e consequente aceitação;

**2.3.** No caso de constatação de não-conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s);

**2.4.** O documento atestando o recebimento definitivo ficará disponível ao representante da empresa, na sede da Contratante, podendo a cópia do referido documento ser encaminhado pela Contratante para o e-mail da empresa, quando solicitado;

**2.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

**2.6.** Na hipótese de a verificação a que se refere o item 9.2., alínea “b” não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, conforme art. 73, §4 da Lei nº 8.666/93;

**2.7.** O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato;

**2.8.** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**2.9.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto;


**2.10.** A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

**3.1.** O seguro deverá cobrir, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

**a)** Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;

**b)** Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO</b> <b>CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

- c) Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento;
- d) Raio e suas consequências;
- e) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- f) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- g) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- h) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- i) Granizo;
- j) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais), valor de importância segurada conforme tabela;
- k) Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez), valor de importância segurada conforme tabela;
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- m) Cobertura adicional de assistência 24 horas ilimitada, com os seguintes serviços mínimos:
  - I. chaveiro;
  - II. assistência dia e noite (24 horas) com socorro mecânico cobertura de guincho ilimitada;
  - III. guincho dentro e fora do Estado do Acre;
  - IV. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
  - V. transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo;
  - VI. cobertura para danos: vidros, lanternas, faróis e retrovisores;
  - VII. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
  - VIII. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes.

**3.2. O seguro ainda deve oferecer:**

- a) Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V (Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais).
- b) Cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP (Morte, Invalidez permanente e Despesas Médicas).
- c) Assistência 24 (vinte e quatro) horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica, dentro e fora do Estado do Acre.
- d) Cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇOS**

**4.1. DO AVISO DE SINISTRO**

**4.1.1.** A empresa contratada deverá colocar à disposição da administração contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**4.1.2.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**4.1.3.** Após registro de sinistro, a empresa contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**4.1.4.** Havendo a necessidade de reboque, a empresa contratada deverá atender em um prazo máximo de 02 (duas) horas após o aviso de sinistro.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

#### **4.2. DA REGULAÇÃO DE SINISTRO**

**4.2.1.** Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**4.2.2.** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a ALEAC poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

**4.2.3.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da ALEAC.

**4.2.4.** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

**4.2.5.** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da ALEAC. Não cabendo, pela empresa contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**4.2.6.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

**4.2.7.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

**4.2.8.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

**4.2.9.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

#### **4.3. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO**

**4.3.1.** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a empresa contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.


**4.3.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**4.3.3.** A devolução deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da ALEAC, devendo a empresa contratada enviar recibo, devidamente quitado, à Subsecretaria de Patrimônio e Serviço da ALEAC/AC.

**4.3.4.** Caberá à Subsecretaria de Patrimônio e Serviço da ALEAC/AC, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### **4.4. DA EXCLUSÃO**



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**4.4.1.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula.

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

AA = Valor mensal do prêmio por veículo;

BB = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT= Valor total a ser devolvido à Administração Contratante.

**4.4.2.** O valor do número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**4.4.3.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

**4.4.4.** A devolução, encontrada no resultado do valor devido a Administração, deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da ALEAC, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PERFIL DOS MOTORISTAS:**

4.1. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO ENDOSSO:**

5.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela ALEAC e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da ALEAC.

5.2. Mediante emissão de endosso, deverá ocorrer inclusão de novos veículos, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, bem como inclusão de numeração de chassi, placas e RENAVAM dos veículos emitidos, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice;


9.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido expresso pelo Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRANQUIA:**

5.1. A franquia considerada é a obrigatória, observado, no entanto, o seguinte:

5.2. Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

5.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela ALEAC, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a ALEAC, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;

5.4. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela ALEAC, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

5.5. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

5.6. Necessidade de representante/corretor credenciado;

5.7. A licitante vencedora deverá declarar o nome de representante/corretor credenciado, seu endereço na cidade sede da ALEAC, telefone e número do CNPJ/CPF;

5.8. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral do veículo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS LIMITES DE INDENIZAÇÃO POR COBERTURA**

**8.1.** As importâncias mínimas seguradas (expressas em reais) para o casco de cada veículo, deverão obedecer ao preço de mercado de cada veículo segurado em 100% (cem por cento) sobre a valor da tabela FIPE, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), bem como as condições abaixo:

**a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):**

I. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por veículo.

II. Valor para indenização de danos corporais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por veículo.

III. Valor para indenização de danos morais/estéticos: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por veículo.

**b) Acidente por Passageiro (APP):**

I. Valor para indenização de morte por pessoa: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

II. Valor para indenização de invalidez por pessoa: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).


**c) Despesas médico-hospitalares (DMHO):**

I. Valor para indenização de despesa médico-hospitalar por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**8.2.** Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

#### **CLÁUSULA NONA - SALVADOS:**

**9.1.** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO</b> <b>CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**9.2.** É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a emissão e apresentação dos documentos de cobrança, em favor da contratada, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada em até o 30 (trinta) dias subsequente ao recebimento da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável e acompanhada da documentação de habilitação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/93;

**10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal no momento em que a administração contratante atestar a execução do objeto contratado;

**10.3.** A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal/fatura, o número e o nome do banco, agência, e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via Ordem Bancária;

**10.4.** Antes do pagamento a contratante verificará, por meio de consulta eletrônica nos sites oficiais, a regularidade da empresa junto à Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal;

**10.5.** Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura/boleto, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contados o prazo para o pagamento, a sua apresentação;


**10.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância de impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Contratante;

**10.7.** Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento do serviço prestado, encontrar-se com pendência, no que diz respeito à documentação obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência;

**10.8.** A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa;

**10.9.** Com o advento do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434>, no qual deverá ser preenchido com os dados da empresa, após pagar uma taxa de expediente via DAE no valor R\$ 37,26. (trinta e sete reais e vinte e seis centavos).


#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO</b> <b>CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

- 11.1.** Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao (s) objeto (s) deste Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação;
- 11.2.** Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;
- 11.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 11.4.** Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 11.5.** Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas na execução do contrato;
- 11.6.** Fornecer todas as informações ou esclarecimentos, os documentos e as condições a contratação do seguro dos objetos deste Termo de Referência;
- 11.7.** A contratante deverá permitir e facilitar a vistoria do veículo a ser segurado;
- 11.8.** Efetuar o pronto pagamento seguro, após o adimplemento das obrigações mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do ajuste, nos prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.9.** Cumprir todas as normas e condições do presente Termo;
- 11.10.** Comunicar, por escrito, a ocorrência do sinistro à contratada, imediatamente após a sua ocorrência;
- 11.11.** Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;
- 11.12.** Fornecer à Contratada todos os dados, elementos e documentos necessários à comprovação da ocorrência do sinistro, bem como permitir e facilitar à seguradora a adoção de medidas cabíveis, mediante prévia consulta e avaliação do veículo, que permitam elucidar a causa do sinistro apurando o valor total do prejuízo, como também a ocorrência do sinistro, também apurando o valor total do prejuízo, as autoridades competentes quando for o caso, e a seguradora;
- 11.13.** Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem da responsabilidade do contratante fornecer, nos termos do instrumento contratual;
- 11.14.** Notificar a CONTRATADA qualquer alteração na frota de veículos;
- 11.15.** Agendar reuniões e/ou vistorias com a CONTRATADA sempre que julgar necessário;
- 11.16.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 11.17.** Aplicar ao contratado as sanções administrativas e contratuais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 12.1.** Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- 12.2.** Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Contratada, desde que tenha a aprovação e autorização

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

da Contratante, observando que as peças de reposição deverão ser originais do fabricante;

**12.3.** Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;

**12.4.** Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

**12.5.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

**12.6.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

**12.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a ALEAC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela ALEAC;

**12.8.** Em caso de endosso de algum item da apólice inicial ou inclusão de veículos na frota, a empresa deverá atender as necessidades do Contratante nos mesmos moldes dos valores contratados;

**12.9.** Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;

**12.10.** Prestar, durante o período de cobertura, assistência de acordo com as normas vigentes, estabelecidas pela SUSEP, sem qualquer ônus adicional para a ALEAC;

**12.11.** Entregar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após assinatura do contrato, a Apólice de Seguro contendo todos os dados estabelecidos no presente Termo de Referência, além de outros que se fizerem necessários em face das disposições legais pertinentes;


**12.12.** No caso de sinistro, a Contratada deverá prestar assistência no prazo, máximo, de 02 (duas) horas, contadas do comunicado feito pelo condutor do veículo ou pelo gestor do contrato designado pela ALEAC;

**12.13.** Dentre os serviços de assistência, inclui-se o reboque ou transporte do veículo, quando por pane, acidente ou roubo, o veículo não puder circular, devendo ser encaminhado à oficina mais próxima, se o conserto não puder ser efetuado, de forma ágil, no próprio local do evento;

**12.14.** Em caso de sinistro com perda total, roubo ou furto, a Contratada deverá entregar a ALEAC, como indenização, um veículo com as mesmas características do veículo sinistrado, roubado ou furtado, ou indenizá-la pecuniariamente sobre o valor de mercado, conforme tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, referente ao mês de ocorrência do sinistro;

**12.15.** A Contratada se obrigará a fornecer, em caso de acidente, incêndio, roubo/furto, dentre outros sinistros, meio de transporte apropriado e equivalente para que o condutor e os ocupantes do veículo retornem ao município Sede da ALEAC;



 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO</b> <b>CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**12.16.** Disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para os veículos segurados, com cobertura de remoção de veículos e passageiros por meio de transporte compatível, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção com kilometragem livre, independente da distancia da sede da ALEAC;

**12.17.** Os prejuízos resultantes de sinistros serão indenizados pela importância segurada fixada na apólice;

**12.18.** Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com a ALEAC;

**12.19.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.20.** Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;

**12.21.** Nomear preposto com poderes para dirimir às questões contratuais;

**12.22.** Atender às determinações regulares do Gestor do Contrato e Fiscal, assim como as de seus superiores, da ALEAC;

**12.23.** A Contratada deverá manter contato permanente com a Subsecretaria de Patrimônio e Serviços visando evitar a suspensão dos serviços, sendo que essa – caso venha a ocorrer, deverá observar o que dispõe o inciso XV, Art. 78 da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**13.2.** O contrato será acompanhado e fiscalizado, durante sua vigência, pelo Fiscal do Contrato, servidor designado e pelo Gestor do contrato;

**13.3.** A execução dos serviços serão conforme o art. 73 a 76 da Lei nº 8.666/93;

**13.4.** As decisões e providências, que ultrapassem a competência do fiscal, deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;


**13.5.** Em caso de falhas ou inexecução total ou parcial do contrato a contratada estará sujeita, garantida prévia defesa, as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

**13.6.** O Fiscal do Contrato, em caso de qualquer infringência contratual não justificada pela Contratada, procederá à apuração da penalidade em que recai a contratada, oficiando à mesma para dar-lhe a faculdade de defesa, e após lavrará relatório e considerações, encaminhando à autoridade competente para decisão quanto à aplicação ou não da penalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta do orçamento conforme abaixo:

- Programa de Trabalho: .....
- Natureza da Despesa: .....

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

Fonte de Recurso:.....

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** Não será admitida a subcontratação para o objeto a ser licitado

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONVOCAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**16.1.** A administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato dentro do prazo de 05 (Cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

**16.2.** O prazo de vigência do seguro decorrente da contratação será de 12 (doze) meses, conforme termo inicial do período de cobertura da Apólice de Seguros;

**16.3.** Por se tratar de serviço de natureza contínua, os prazos de execução e vigência do contrato poderão ser prorrogados, se necessário for, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (Sessenta) meses, nas hipóteses previstas no art. 57, II, da Lei 8.666/93, e também quando houver necessidade e interesse da ALEAC, desde que preenchidos os requisitos legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

**17.1.** A licitante contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à Contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à Contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada à defesa prévia.

**15.2.** Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

**d)** Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da Contratada;

**e)** Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo da Contratante, prejudique a execução deste pacto;

**f)** Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante;

**g)** Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas, na forma do art. 67, da Lei n. 8.666, de 1993;


**h)** No interesse da Contratante, mediante comunicação com antecedência de 05 dias, com o pagamento do serviço prestado até a data comunicada no aviso de rescisão;

**f)** No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

**g)** Por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos previstos no art. 79, incisos I e III, da Lei n. 8.666, de 1993.

**h)** Lentidão do seu cumprimento, levando a Contratada a comprovar a impossibilidade de conclusão do serviço no prazo estabelecido;

**i)** Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

- j) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;
- k) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Contratante, decorrentes dos serviços ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- l) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo de sua execução;
- m) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência parcial ou total, nem a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência expressa da Contratante.
- n) A inexecução total ou parcial deste Contrato por parte da Contratada assegurará a Contratante o direito de rescisão nos termos do art. 77, da Lei n. 8.666, de 1992, bem como nos casos citados nos arts. 78 a 80, do mesmo diploma legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.
- 15.3.** A rescisão do contrato nos termos do art. 79, da Lei n. 8.666, de 1993, poderá ser:
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666, de 1993;
- e) Amigável, desde que conveniente e oportuno para a Contratante;
- f) Judicial, nos termos da legislação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

- 19.1.** O Licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de Licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.
- 19.2.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital, sujeita à contratada as sanções previstas no art. 86, da Lei n. 8.666, de 1993 e no Decreto Estadual nº. 5.965 de 30 de dezembro de 2010, sem prejuízo da reparação de danos causado à Assembleia Legislativa, observado o devido processo administrativo.
- 19.3.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 19.4.** As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade Superior da ALEAC, durante a execução do contrato.
- 19.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.
- 19.6.** Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.
- 19.7.** Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002, e nos artigos 77 a 80, 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, bem como o

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO</b> <b>CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

disposto no Decreto Estadual nº. 5.965/10, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

**19.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**19.9.** Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 ou no Decreto Estadual 5.965/2010, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão; e

IV – Declaração de inidoneidade.

**19.10.** A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

III- 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**


**20.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**20.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, poderá ocorrer a renegociação do valor da apólice, a cada renovação contratual, levando-se em conta o índice de sinistralidade e preços de mercado. Mediante justificativa devidamente fundamentada, poderá ser aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE para reajuste contratual dos custos decorrentes do mercado, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Federal nº 10.192/2001. Neste caso, o reajuste deverá ser solicitado pela empresa contratada antes do término da atual vigência do Contrato, sob pena de preclusão.

**20.3.** O reajuste será realizado por termo aditivo.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**21.1.** A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações posteriores, combinado com inciso XII do artigo 55, do referido diploma legal.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

**22.1.** A **Contratante** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, conforme determina o Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, e suas alterações.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

**23.1-** As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

**23.2 -** E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Rio Branco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**Pela Assembleia Legislativa:**

Deputado .....  
**Presidente**

Deputado .....  
1º Secretário

Deputado .....  
2º Secretário

**Pelo Contratado:**


.....  
CNPJ n. ....  
.....

Testemunhas:

1. ....  
RG n .....SSP/....  
CPF/MF n.....

2. ....  
RG n .....SSP/....  
CPF/MF n.....



 <p><b>Estado do Acre</b> Assembleia Legislativa</p>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>	Processo n..255/2023
	<b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>	Folha n. _____
	<b>ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS</b>	Rubrica _____

### ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao.....

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados -----, pelo preço global de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa Proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.


Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
 CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Tel/Fax: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do

Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
 Cart. Ident n.º: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	---	---

## ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

### VIDE TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

#### **OBSERVAÇÃO:**

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

As empresas participantes do processo licitatório deverão indicar na proposta de preços marca e modelo dos materiais/equipamentos cotados.

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO IV – MODELO DE</b> <b>DECLARAÇÃO DE VISTORIA</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTÓRIA**


A \_\_\_\_\_ declara que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_ Com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_ situada na Rua(Av.) \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, realizou a visita técnica por intermédio seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nome, função e titularidade), portador da célula de identidade nº \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_\_, com CPF/MF nº \_\_\_\_\_, situada na Rua Arlindo Porto Leal, 241, Centro, Edifício Sede da Assembleia Legislativa do estado do Acre, onde será realizou a vistoria dos veículos que integram à frota da ALEAC, objeto do Pregão Eletrônico n. .../2023, tendo tomado conhecimento das as condições dos mesmos.

**OU**

Atesto, para fins de participação referente ao Pregão Eletrônico n. .../2023, particularmente, o que concerne o subitem \_\_\_\_ do Edital, que esta empresa licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_ situada na Rua(Av.) \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, estar ciente e tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes às condições dos veículos que integram a frota da ALEAC, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, sob as penalidades da lei.

Rio Branco-AC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
 (Assinatura do responsável)

 <b>Estado do Acre</b> <b>Assembleia Legislativa</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>  <b>Pregão Eletrônico n. 01/2023</b>  <b>ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS</b>	Processo n..255/2023  Folha n. _____ Rubrica _____
---	--	---

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS  
 NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

A Empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço) declara, perante a Comissão Permanente de Licitação, que:

1. Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório – Pregão Eletrônico N. 01/2023 – CPL em especial os seguintes:

Dos equipamentos necessários para execução do objeto; e  
 Mão de obra qualificada.

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas contratualmente.

Sendo isto o que havia a declarar,

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

(nome do responsável)(cargo)